

**HABEAS CORPUS Nº 549.284 - ES (2019/0360077-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
ANA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : FAGNER DOS SANTOS FREIRE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Fagner dos Santos Freire**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Apelação Criminal n. 0019963-60.2018.8.08.0035).

Aqui, a impetrante alega constrangimento ilegal decorrente da dosimetria da pena aplicada na Ação Penal n. 0019963-60.2018.8.08.0035, da 7ª Vara Criminal da comarca de Vila Velha/ES.

Sustenta que *os antecedentes e as circunstâncias do crime não devem ser reputadas em desfavor do paciente, a fim de que se respeite o disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal, bem como o princípio constitucional processual da motivação das decisões judiciais* (fl. 10).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem a fim de redimensionar a pena-base para o mínimo legal.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso.

A pretensão demanda a análise detalhada dos elementos de convicção trazidos aos autos, o que não é adequado neste momento de cognição sumária.

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio

# *Superior Tribunal de Justiça*

mérito do *writ*.

**Indefiro**, portanto, a liminar.

Instruídos os autos, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator